



13ª FEBRAT

AINDA ESTOU AQUI: A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Caio Cesar Cabral Lima, Colégio Santa Maria Minas - Unidade Contagem,
caiocesarcabral321@gmail.com

Carolina Cândida Rodrigues, Colégio Santa Maria Minas - Unidade Contagem,
rodrigues.carolina2705@gmail.com

Cauã Patrício Barros Teixeira de Matos, Colégio Santa Maria Minas - Unidade Contagem,
cauapatriciob@gmail.com

Henrique Lima Machado, Colégio Santa Maria Minas - Unidade Contagem,
henriquelimamachado07@gmail.com

Lucas Alexandre Prado Silveira, Colégio Santa Maria Minas - Unidade Contagem,
lucasalexandre.pradosilveira5@gmail.com

Yasmin Silva Batista Santos, Colégio Santa Maria Minas - Unidade Contagem,
yasminsbs6@gmail.com

Henrique Sena Guimarães Lopes, Colégio Santa Maria Minas, senahistufmg@gmail.com
(Orientador)

Categoria: D

Palavras-chave: Ditadura Militar. Memória. Justiça. Juventude. História.

Resumo expandido

A proposta deste trabalho foi motivada pela repercussão do filme brasileiro "Ainda Estou Aqui", premiado internacionalmente no Oscar de 2024. A obra, que retrata o período da Ditadura Militar no Brasil, narra a história de Eunice Paiva, uma figura de resistência que sobreviveu ao regime e os seus crimes. A divulgação do filme reacendeu a discussão sobre um período histórico marcado pela censura e pela violência, destacando a necessidade contínua da busca por justiça. Nesse contexto, o filme constituiu o ponto de partida para a nossa pesquisa, que surgiu da inquietude em abordar um tema responsável por moldar a sociedade brasileira e a memória coletiva de seus cidadãos. Nosso objetivo é estabelecer uma relação entre o passado e a contemporaneidade,



13^a FEBRAT

pois, a compreensão da história é fundamental para evitar sua repetição. Nesse sentido, a pesquisa utilizou o método qualitativo para analisar os impactos da Ditadura Militar na memória coletiva dos brasileiros, considerando as disputas de narrativas sobre o período. Foram utilizados dados históricos, relatos pessoais e obras como o livro-relatório Direito à Memória e à Verdade e o filme "Ainda Estou Aqui", para investigar como a Justiça de Transição definida pelo autor Marcelo Torelly, como um conjunto de ações para enfrentar violações de direitos humanos, contribui para a preservação da memória e para a responsabilização dos crimes cometidos durante o regime. Além disso, dados obtidos através de um questionário online sobre a Ditadura Militar permitiu-nos comprovar como a memória coletiva atua na formação da identidade nacional dos indivíduos, resultando em impactos positivos ou negativos dentro da sociedade. O estudo busca combater a negação das violações cometidas durante esse período, em torno de discussões hodiernas que revelam divergências, especialmente em torno da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979), vista por alguns como marco da redemocratização, mas criticada por garantir impunidade a agentes do Estado, evidenciando assim, a falta de responsabilização penal, apesar de avanços parciais nos pilares da verdade e da reparação. Nesse viés, uma compreensão crítica do passado será impulsionada, a fim de promover a reparação histórica capaz de fortalecer os direitos humanos e as instituições democráticas do país por meio de análises visuais e pessoais dos cidadãos brasileiros. Considerando o exposto, a pesquisa abrange análises detalhadas de artigos acerca da Ditadura Militar, depoimentos de familiares de vítimas fatais ou sobreviventes do regime. Por fim, o projeto é capaz de influenciar e conscientizar especificamente a juventude, com a participação em uma feira de ciências, apoiada pela instituição escolar, que apresenta os resultados dos estudos e seus achados



13^a FEBRAT

para os alunos. Essa abordagem educativa e direta visa garantir que as futuras gerações compreendam que a promoção da Justiça de Transição no Brasil exige não apenas medidas legais, mas um compromisso com a história e veracidade dos fatos. Desse modo, existe a urgência da compreensão da juventude sobre o papel do passado como alicerce para a construção de um futuro mais justo e democrático, capaz de construir um senso crítico próprio sobre as violações e os desafios enfrentados durante a Ditadura Militar. Assim, jovens se tornam agentes de mudança, capazes de proteger os direitos humanos e fortalecer as instituições democráticas, por meio dessa conscientização que garante que a luta pela liberdade e pela justiça continue viva nas próximas gerações.

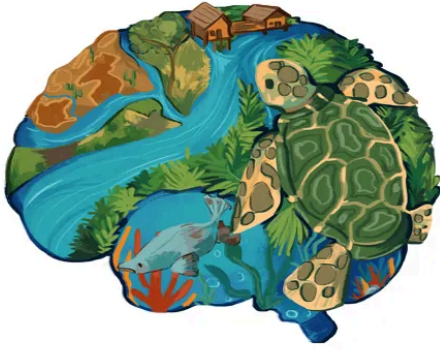
Referências

ABRÃO, Paulo. **Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira**. 2012. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r33105.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

FELIZARDO, Dulce Maria. **Justiça de transição e a ditadura**: a narrativa do cinema como instrumento de reescrita da história e de formação da memória coletiva. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Educação Multimídia) - Universidade de Aveiro, Aveiro, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/QHSwt8pXJKHV4SvKmLW7gFn/> Acesso em: 5 ago. 2025.

FELIZARDO, Dulce Maria. **Justiça de Transição**: reflexos da Ditadura Militar no Brasil. 2 ago. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/justica-de-transicao-reflexo-da-ditadura-militar/> Acesso em: 2 ago. 2025.

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia; TORELLY, Marcelo; ABRÃO, Paulo. Ministério dos Direitos Humanos. Comissão de Anistia. **Justiça de transição**: direito à justiça, à memória e à verdade. Comissão de Anistia, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia/anexos/juistica-transicao_versao-final.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.



13^a FEBRAT
